ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 27/2026

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte seis, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, localizada à Av. João pessoa, 1105 – Cidade Baixa – Porto Alegre/RS, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**

Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**

Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários**

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**

Francyne da Rosa, **CEMME**

Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria**

Neusa Maria Liedtke e Vera Regina Dick da Silva, **Federação Espírita do RS - FERGS**

Natália Laurindo, **AHMI**

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**

Rose Ceroni Canabarro e Nicolas Souza, **ASAFOM**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**

Neiva Conceição Dias Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**

DEMAIS PRESENTES:

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH**;

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Vamos iniciar. Hoje pela manhã nós não conseguimos, eu não consegui fazer a reunião com a Dra. Cristiane Catarina da PGM, da PMS. Eu tive uma situação no meu WhatsApp, fiquei fora do ar e não consegui entrar em contato com ninguém da executiva para a gente se organizar de outra forma. Acabamos não tendo a reunião com a Dra. Cristiane Catarina. A principal pauta que eu gostaria que a gente tivesse retomado com ela: na semana passada a gente reavivou o grupo de WhatsApp sobre o edital. Prestem bem atenção, porque isso é algo que vai nos pegar. Na semana passada a Larissa me procurou dizendo que viu a movimentação no grupo do edital. Com as mudanças da Normativa 01/2026, que é para o Funcriança, depois se vocês puderem me mandar essa normativa, porque eu não achei e desconheço essa normativa, que é a nova normativa que substituiu aquela de 2024, com a nova normativa e com o credenciamento da SMIDH, o papel do conselho no edital seria somente apontar a diretriz do edital, e não fazer o projeto técnico e nem fazer o edital. Eles fizeram o credenciamento. O edital ou a dispensa de edital seria através do credenciamento da SMIDH. Eles chamariam as instituições no DOPA dizendo que está aberto para tal objeto, e as instituições interessadas e credenciadas se habilitariam, com registro no CMDCA, para este objeto. O papel do conselho seria somente apontar as diretrizes. Ou seja, nosso edital vai ser de 10 milhões para crianças e adolescentes em acolhimento institucional de 0 a 6 anos, bem recorte. Eles vão pegar, vão fazer o projeto técnico, os critérios e o edital. Eu não gostei, isso que eu

queria ter falado hoje com a doutora. Até ontem eu fui entender todo o embasamento da 13.019, revi algumas questões. Nesse formato, eu não gostei. Antes, nós estávamos fazendo o projeto técnico para o edital. O edital é da secretaria, porque nós somos vinculados à secretaria. Nós fazíamos o projeto técnico, a referência de calendário, até o calendário era em parceria, mas os critérios, principalmente, eram nossos. A análise seria mútua, tanto da secretaria quanto do conselho, de forma mista. Isso seria anterior. Com essa mudança de credenciamento, ficaria desta forma. Eu acho que não fecha bem. Eu queria ver se alguém tem alguma questão a mais para trazer, para podermos pensar. Eu vou agendar com a Dra. Cristiane Catarina uma reunião exclusiva para falar sobre o edital, porque teremos que debater sobre a questão do edital. Por mais que o vínculo do fundo, como secretaria administrativa, seja a SMIDH, quem diz o que o fundo vai gastar é o conselho. Precisamos ter certeza de que vai para determinados critérios e valores. O projeto técnico, eu acredito que ele é feito por nós. Mas é só para vocês entenderem onde a gente está agora. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Coincidentemente, eu falei com a Dra. Catarina e trouxe as informações para a executiva sobre o que não está batendo das resoluções do Conanda e nossa com esse decreto. Estão trocando as ordens das coisas. Hoje eu imprimi a Resolução do Conanda nº 137, onde incluiu aquele artigo, a Resolução nº 194, que incluiu um artigo só falando de reforma, construção e tudo, que foi alterado só aquele artigo ali. Aqui diz das atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação aos fundos, no artigo 9º. De várias elaborações, tem uma aqui: "elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e em obediência aos princípios da legalidade", o qual a gente já vinha fazendo. Essa troca de legislação não está batendo. Vai atrasar as coisas. Eles não querem ouvir e não aceitam a nossa proposta. Eles querem, me parece na minha visão de leigo, tomar conta totalmente do Funcriança. É a percepção que eu tenho. Eles querem fazer tudo: querem fazer editais, querem que a gente venha aqui só dar registro de algumas coisas e eles fazem tudo. É a impressão. Eles estão tentando de alguma forma. Eu não tenho esse conhecimento jurídico dessas coisas; leio essas resoluções e faço a minha interpretação. Falta aquele olhar do nosso lado de um advogado, de um profissional nesse sentido, para dizer que, por enquanto, tem que ser assim. Se o decreto veio depois, vamos fazer um período de transição: o CMDCA vai continuar até daqui a 5 anos do jeito que está, e depois a gente vai fazendo as mudanças. Seria o óbvio. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: A Larissa teve uma reunião com o Gustavo, se não me engano, que teve a reunião com a PGM. Se não me engano, foi mais ou menos isso. Tanto é que ela disse que se vocês pudessem esperar eu retornar para a gente sentar e ter uma reunião só. E daí a gente tentar alinhar qual é o papel da secretaria, qual é o meu papel, qual é o papel do conselho. De qualquer forma, eu fiquei com muita dúvida, porque não é isso que eu vejo enquanto conselho. Não é isso que eu entendo quanto à 13.019, não é o que eu entendo quanto ao papel do conselho. Então, já fui procurar, já vi com o Rodrigo, que é o advogado que nos auxilia e tudo mais, mas, de qualquer forma, eu queria poder entender até para eu poder ouvir qual é a intenção. Agora eu recebi a instrução normativa. Qual é a intenção dessa instrução normativa? Qual é a intenção do credenciamento da SMIDH? Qual é a intenção de a secretaria fazer o projeto técnico? Porque nós fazendo o projeto técnico e os critérios, nós vamos favorecer, e é bem a palavra: favorecer, a maior quantidade de atendimento de crianças e a maior quantidade de atendimento de instituições. É esse o nosso olhar. Penso que, quanto secretaria, se deixar com os critérios para eles, eles vão querer colocar uma instituição em cada local, e aí ficam 10 instituições, 10 processos, entende? O que vai ser completamente diferente do que a gente quer. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu já falei em algumas outras oportunidades na plenária sobre a gente ter uma assessoria jurídica de fato, que atue junto com o CMDCA. Porque eu estou no segundo mandato da gestão do CMDCA e, desde que eu acompanho, há 3 anos, a gente vem percecendo isso. Eu peguei só SMIDH, não peguei SMGOV. Mas desses 3 anos, a gente não conseguiu colocar nenhum edital, porque vinha a Larissa nos dizer que daquela forma não podia, aqueles critérios não podiam. Mas era a Larissa aqui nos trazendo essas informações. Tem o que o Paulinho trouxe, e eu concordo plenamente, de que o movimento desses 3 anos foi barrar a autonomia do conselho, foi limitar a autonomia do conselho. E eles estão, enquanto secretaria, se aproximando do conselho justamente em função do fundo. A gente tem esse exemplo agora de que estamos esperando um processo SEI para a gente analisar a respeito de uma proposta de uso do fundo. Óbvio que a gente sabe que são melhorias e projetos importantes para o CMDCA, mas da forma como está sendo feita, que é nos limitar, podar e dar a única alternativa via secretaria, é uma jogada política. Querendo ou não, estamos aqui de forma política, estamos aqui por eleição. É a jogada política, e a gente vai ter que saber como jogar isso também. Eu estava comentando antes, de manhã, aqui com as colegas que temos algumas possibilidades. A gente sabe que se não votar a favor disso, de uso do fundo, e ceder a esses encaminhamentos que a secretaria tem feito para o CMDCA, e não

junto com o CMDCA, pode ser que aconteça, pode ser que a gente alcance ali o objetivo dos três projetos, liberando então o valor do fundo para esse uso, pode ser que não, e pode ser ainda que o CMDCA tome outra forma de resolver isso. É só a Cristiane Catarina que existe de procuradora? Tem outros procuradores que a gente possa acionar? Porque a Cristiane Catarina vem vindo junto com a secretaria. Então, talvez outros procuradores que possam também dar a sua opinião e também estar ao lado do CMDCA, por outra via, de outra forma de fazer política e se fortalecer nesse sentido. E a outra é ajuizar a secretaria. O CMDCA não tem sede, é responsabilidade da secretaria. Judicializar. Claro que declara guerra, óbvio. Mas é que é sobre isso: a quanto a gente vai ceder e vai perder a autonomia, a autoridade enquanto conselho? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só sobre a Dra. Cristiane Catarina: pelo que eu entendo, cada secretaria tem a vinculação a uma PMS, e aí tem uma pessoa ou duas responsáveis por aquela secretaria. No nosso caso, é ela e o Dr. Felipe. Além dela, teria o Procurador-Geral, que aí são casos ultra, mais diferentes. Nós já fomos, quanto fórum ou quanto conselho, não me lembro, já fomos ao Procurador-Geral numa outra época. Mas o que eu falo também talvez, que a gente possa ir, é para o Ministério Público, mas que eu acredito que já foi na semana passada ou retrasada. Então, mas enfim. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Eu ia falar sobre o credenciamento, que foi do próprio secretário. Eles mesmos falaram que não têm pessoal para isso. Tem instituições que estão há 3 meses atrasadas. E aí, como é que fica quem não conseguiu se credenciar porque eles não têm pessoal para isso? Não vai participar? E o credenciamento é só de responsabilidade da secretaria. A gente não tem acesso, nem como influenciar nisso. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** A outra coisa: na reunião que a gente teve, a gente passa para a procuradora, só que às vezes nossos argumentos, por mais que estejam corretos, parece que ela está tapada. Como eu falei na última reunião que a gente teve com ela, eu disse: tem o COMPAR, comitê municipal de parcerias. Aí eu falei a questão, disse: por que o CMDCA não participa, não foi convidado a participar? Disse que não dá porque é administrativo público esse COMPAR. Aí eu disse: então tem que haver algum meio, porque nós, como conselho, está no ECA, está aqui na resolução do CONANDA, que os fundos dos direitos da criança... Deve ser vinculado ao conselho, o fundo deve ser vinculado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo ente federado, porque ele é um órgão formulador, deliberativo, controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente. E nós deliberamos sobre recursos. Dizem que é público, então como

é que a gente vai deliberar a captação ali com as organizações? Estamos deliberando para que o dinheiro saia daquele recurso lá. E a gente não tem essa participação de também colocar. Se a gente delibera para a organização vir captar recurso e para receber, nós ficamos fora. As nossas resoluções, as nossas deliberações não valem nada. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Só para contribuir: começa que nós temos o OCA, Orçamento Criança e Adolescente, e nunca nos foi apresentado em lugar nenhum, nem na Câmara de Vereadores, nem na secretaria. Então, a gente tem aí bastante subsídio para conversar com a procuradoria. Eu acho que se o diálogo entre o CMDCA é bom, nos dizem isso: que gostam de dialogar com o CMDCA e vamos construir juntos, então acho que está na hora de nós, enquanto sociedade civil, que somos eleitos, somos 14 conselheiros da sociedade civil, conversar com o prefeito. Se a gente não está conseguindo conversar, nós temos uma carta-compromisso, nós temos um compromisso com a cidade, porque somos parcerizados. Talvez, para mim, a confusão aí é que no novo decreto tem a 14.133 e a 13.019. Isso aí é que está dando a maior confusão nesse decreto: porque não nos enxergam, porque nos botam junto com as empresas. As empresas têm fins lucrativos, elas recebem; as nossas instituições são sem fins lucrativos. Acho que nós temos que sentar com o prefeito e, novamente, se tiver que retomar a carta-compromisso, alguma coisa a gente tem que fazer enquanto sociedade civil. Porque o conselho tem as secretarias e tem também a sociedade civil. Se nós estamos nos sentindo que não estamos contemplados no que diz a normativa, no que diz o decreto, então, se nós somos parceiros e parceria é de duas mãos, nós vamos sentar e vamos conversar. Não é esse o primeiro caminho antes de ajuizar? Acho que é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que ainda é mais, penso que é mais do que sociedade civil. É o conselho. Tudo bem, só que eu estou dizendo enquanto conselho: governo e sociedade civil é que não estão sendo ouvidos, não estão sendo escutados, não estão sendo atendidas as demandas, não está sendo, entende? Eu não estou falando nem só sociedade civil. Sociedade civil, a gente tem infinidade de problemas com a prefeitura, mas hoje a nossa questão maior aqui é quanto conselho, dos dois: governo e sociedade civil. Em que penso, e aí por isso que eu trouxe para vocês–, se for nessa linha do edital, só se a gente tiver a construção literalmente muito parceira para a gente poder ter um edital como a gente quer no final, porque senão não vai dar certo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Na reunião que a gente teve, a gente trouxe essa proposta da participação do CMDCA no COMPAR e falamos da lei municipal que, embora antiga, ainda está em vigência. Teve algumas alterações em 2010 e em

2011. O que tem ali, as atribuições do CMDCA ainda estão vigentes ali, igual às resoluções do CONANDA. O que ela falou disse assim: vamos marcar uma reunião pelo menos só para ver essa situação das legislações, como é que fica. Porque por enquanto tem só o decreto atual, onde nos restringe quase tudo. Aí eu disse que podemos ter uma reunião só para rever essas questões aí, ver como é que a gente alinha as coisas. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu não sou da executiva ali, não estava nesses momentos aí. Mas esta já é a última instância? Tu não conseguiu conversar nem com o secretário? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, na verdade, eu estou trazendo para vocês porque eu me lancei, pois não levei ainda. Eu quero ouvir ainda da procuradora para eu poder entender, porque ela, junto com o secretário e a secretaria, é que fizeram a normativa. A partir da normativa é que estão entendendo dessa forma. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu sugiro que tenha um momento além disso, ainda de conversa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas a gente não está fechando portas. A gente está, na verdade, é na parte da indignação só. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Viu, Carol? Só para fechar aqui a minha parte: eu falei ali que lá dá outro nome, o Compar aqui em Porto Alegre, lá em Belo Horizonte é Comfoco BH. Então, veja bem: com mandato de 4 anos, a composição do Comfoco conta com representantes do poder público, de organizações da sociedade civil, redes, movimentos sociais, além de convidados permanentes. Tem reuniões temáticas. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O Compar, naquele último decreto agora que estabelece todas as parcerias ali, que revogou o anterior, o nosso decreto municipal atual, agora eu não lembro se é 21 ou 23.567, tem um artigo que fala do Compar e fala quem compõe. Por ali dá para ver, e eu não me lembro também se tem o conselho. Mas o conselho pode também abrir um processo SEI, no caso, porque como a gente trabalha com processo SEI, e pedir, fazer uma pauta para este comitê. Mas ali diz, e eu não trouxe, é nesse sentido. E quanto às procuradorias, nós temos uma Procuradoria-Geral do Município e tem as suas setoriais. Daí se dividiu: cada setorial pega duas, três, quatro, seis secretarias, dependendo por assuntos afins. Então, temos isso. Por isso que a Catarina e o Felipe atendem a SMAS, a SMIDH, todos os que têm o mesmo assunto. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Só para contribuir, eles falam assim: “e a sociedade civil”, mas não esclarecem quem é. No decreto fala da sociedade civil, mas aí a gente até se perguntou: quem é a sociedade

civil? São os conselhos? Quem são? A gente não teve essa resposta. Então é nesse sentido: se é para nós construir, então vamos chamar. Olha só, ali diz a sociedade civil, quem é a sociedade civil? Porque a gente ouve em outros conselhos que as pessoas dizem representar a sociedade civil, mas sendo servidores públicos. A gente até pergunta para as pessoas: aqui eu represento, mas se tu é servidor público, como é que representa? A gente até fica com essa dúvida. Em outros conselhos, servidores públicos dizem que são sociedade civil, então é uma confusão aí. A gente queria saber quem é a sociedade civil no decreto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na verdade, têm duas coisas: o decreto pode falar lá em sociedade civil, mas o que a gente precisa da sociedade civil é dentro do Compar. É dentro desse grupo aí que a gente precisa da sociedade civil, que a gente precisa, no mínimo, o conselho ali dentro. Mas isso ainda é uma outra questão também sobre o decreto que está ali. Para a próxima quarta-feira, vou combinar com a Dra. Cristiane Catarina da gente fazer uma reunião, porque daí a Larissa já está aí, da gente fazer uma reunião para... Não vai ser na próxima quarta-feira. Na outra quarta-feira, a gente faz em um outro horário também, a gente vê. Vamos fazer uma reunião sobre o edital, para que a gente consiga organizar um pouquinho mais e poder entender o que é isso. Eu vou pedir tanto para o pessoal que está no GT do Edital quanto para a diretoria executiva participar, para que possamos ter na ponta da língua a 13.019, a instrução normativa e o decreto novo. Com essas três ou quatro coisas, vamos conseguir ter uma conversa um pouquinho mais fluida também. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** A Rose estava me dizendo que o decreto teve um complemento que inseriu a sociedade civil, mas no decreto que eu abri aqui, que está publicizado no site, ele fala da composição deste Compar: todas as secretarias municipais que possuem parcerias vigentes, Secretaria Municipal Geral de Governo, Procuradoria-Geral do Município, Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que esse outro não é para o Compar; ele fala, na verdade, sobre parcerias, é outro assunto. Falei para vocês poderem estar na mesma página. Também trago a questão da reunião passada que nós tivemos sobre a escuta protegida. Nós combinamos uma reunião uma vez por mês presencial e de 15 em 15 dias online. Também organizamos o chamamento novamente das secretarias, porque não estavam presentes a SMGOV, a SMIDH, a SMAS, a SMEL e a Saúde. Eu só não sei quem é o representante no GT da Escuta Protegida. Estavam a doutora do CRAI, a Maria de Fátima, e, da prefeitura, estava só a Guarda Municipal

e nenhuma outra secretaria, só a SMED. Saiu em lei e tem uma portaria, assinaram, tiraram foto e tudo mais, então têm que ser representados. A próxima reunião é na última quinta-feira do mês, às 14 horas. Também tiramos como convidados o Carlos Simões e a Susana Pellegrini, que foram, junto com a Márcia e outros atores, os primeiros a puxarem a questão da escuta protegida em Porto Alegre. Isso é muito importante. Ontem também eu falei na plenária do fórum sobre as nossas ações quanto ao CMDCA e da proposta que nós estamos fazendo para a resolução em conjunto com os demais conselhos sobre bons antecedentes, referente ao artigo 49 do ECA. O Rodrigo Gonzáles e outras pessoas falaram que essa solicitação pela instituição poderia bater de frente com a CLT, podendo ser entendida como preconceito ou algo discriminatório na seleção. Eles me sugeriram, e eu queria ver com vocês, a gente fazer uma consulta ao Ministério Público do Trabalho para termos essa tranquilidade, principalmente para as instituições e para o conselho, quando formos fazer essa orientação para as instituições solicitarem. Não sei se vocês, quanto a acolhimento, já solicitam? **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** A instituição solicita há algum tempo já dos colaboradores, independentemente do projeto. O funcionário assina um termo de ciência de que a própria instituição pode fazer a consulta desse documento de tempos em tempos. Acredito que seja de 6 em 6 meses, mas o colaborador assina um termo de ciência de que isso acontece. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** A nossa associação faz de 6 em 6 meses. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** No nosso caso, está no código de ética, porque foi um TAC do Ministério Público e agora é um decreto do município de Porto Alegre. O próprio decreto diz que todas as parcerias têm que exigir o atestado de bons antecedentes. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Lá na instituição nós já iniciamos a fazer desde o ano passado. Os funcionários que já estão, como eu, todos já estão fazendo. O próprio departamento pessoal faz. Aqueles que eles não conseguem retirar, o DP entra em contato com o colaborador para pedir. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Na nossa associação é o colaborador que manda. Conforme sabem, desde 2024 foi publicada a Lei Federal nº 14.811, que exige a apresentação e a manutenção atualizada das certidões de antecedentes criminais dos profissionais que atuam na educação infantil. Vem esse texto e o link da Polícia Federal para encaminhar, mas são os colaboradores que mandam desde o ano passado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu penso que não bate de frente com nada da CLT, porque é uma questão de proteção para a criança. O

alvará de folha corrida só é emitido para aqueles que não têm nenhuma condenação com trânsito em julgado. Se estiver em tramitação, não aparece. O fato de não entregar este documento, que é de exigência das instituições de crianças e adolescentes, faz com que a OSC possa não contratar ou demitir por não ter como comprovar bons antecedentes. Não traz o motivo, apenas diz se tem bons antecedentes ou não. Eles me sugeriram fazer essa consulta no MPT. O que vocês acham, a gente faz? **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Quem tem que responder sobre política trabalhista é o Ministério do Trabalho. Quem responde sobre as questões da prefeitura é a procuradoria, cada qual no seu quadrado. Se eles já estão pensando nisso, até então não viram óbice. Consulta o Ministério Público do Trabalho. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Até porque para assumir qualquer cargo público tem que apresentar. [Falas concomitantes]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Na CLT, o empregador pode demitir o funcionário a qualquer momento sem motivo nenhum. A OSC, se for demitir, simplesmente pode demitir sem justificativa nenhuma segundo a CLT. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu já trabalhei na iniciativa privada e a gente desligou vários colaboradores sem falar o motivo real, porque a pessoa não vai entender, não vai mudar nada e só vai causar transtorno. Demite e paga os direitos trabalhistas. Em 99% das vezes ninguém fala a verdade: ou diz que é contenção de gastos, ou demite um e contrata dois. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, vamos fazer este encaminhamento. Algum outro assunto que vocês têm? Eu solicitei para o pessoal das eleições do Conselho Tutelar, da PROCEMPA, porque estou precisando do orçamento da PROCEMPA para vermos os gastos prévios. Já faz mais de 60 dias. Estou aguardando o orçamento da PROCEMPA para poder fazer o projeto técnico e reunir com o GT das Eleições para começarmos a pensar sobre isso. Também estou aguardando orientações do CONANDA para as eleições do Conselho Tutelar do ano que vem. Até agora não veio nada do CONANDA. Provavelmente, se for sair alguma coisa, vai sair depois das eleições. Eu gostaria muito que fosse antes de dezembro, porque nós temos que lançar o edital em março. Em janeiro e fevereiro fica tudo meio trancado, daí fica meio complicado trabalharmos. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** E a questão do aumento de conselhos tutelares? Vai ter o 11º? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** De acordo com o Coronel André, vai ser ampliado para o ano que vem um conselho. Até isso a gente tem que sentar e conversar com o governo. **Maria Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da**

Restinga: Ele disse que queria aumentar para 11, mas como a promotora Maria Augusta está exigindo três e vai entrar na Justiça, ele disse que não faz nenhum. Essa é a fala dele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O coronel disse que ia ser ampliado um e parece que na LOA está um. Minto, está três. Eu também falei isso para o coronel: quando a gente for lançar o edital, temos que saber se vão ser 50 candidatos ou se vão ser 55 candidatos, porque tem uma grande diferença de todo o processo. Não sei. Tudo isso também tem a questão para ser resolvida. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Outubro, novembro e dezembro, três meses. Eu não sei, Sônia, como é essa questão de recurso para a implantação de um serviço? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Se está na LOA de 2026. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas dentro do PPA a gente faz as programações anuais de custo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tem que ver se programou no PPA, mas dentro dele daí tu vai dizer: olha, isso eu vou implementar no primeiro ano, isso no segundo, no terceiro ou no quarto ano. Para a LOA de 2027, teria que incluir agora porque ela vai ainda ser trabalhada e tem que estar promulgada até o dia 15 de dezembro, já promulgada. Daí para executar em 2027. Se não foi, vai para 2028. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E onde que a gente vai ter essa informação? Porque a gente pode ir atrás dela. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Quem coloca para o conselho é a SMIDH. A SMIDH tem que pensar isso e colocar, ela vai ter que propor. Na LOA da SMIDH vai constar qual é o equipamento, qual é o serviço e uma estimativa de recurso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mais isso para a gente poder saber. Alguém tem algum outro assunto ou podemos passar para as comissões? Comissões, então.

3. <u>COMISSÕES</u>: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: A Comissão de Finanças hoje não tem pauta. No entanto, fizemos reuniões e os processos ajustados já retornaram e serão analisados para a próxima. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Políticas? **Natália Laurindo, AHMI:** Políticas também não tem pauta, mas a gente fez a análise de processos, alguns encaminhamentos e agendou primeiras pessoas para virem conversar

conosco. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Registro? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Vou passar os da semana passada que não passaram porque não tinha quórum. Eu passo todos e depois a gente vota. Todos são de monitoramento e avaliação. O primeiro é o SEI 23.0000132411-0, **INSTITUTO MARIA GALBUSERA**. O segundo é o 26.0000043612-6, **SOCIEDADE BENEFICENTE FILHAS DE JESUS – CRECHE PEDRO LEONARDI**. O terceiro é o 23.0000078257-2, **ASSOCIAÇÃO FAMÍLIAS EM SOLIDARIEDADE – AFASO**. O quarto é o SEI 26.0000055177-4, **CLUBE DE MÃES VILA UNIÃO**. O quinto é o 26.0000059195-4, **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE**. O sexto é o 25.0000124078-4, **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE**. O sétimo é o 24.0000074473-1, **ASSOCIAÇÃO RITA YASMIM DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA**. O outro é o 22.0000045654-7, **AÇÃO SOCIAL DE FÉ**. Todos a gente encaminhou despacho. Alguns a gente concorda, outros cumpre. Todos foram encaminhados. Hoje de manhã a gente analisou alguns também de monitoramento que chegaram para o CMDCA, só que às vezes não tem o kit, mas a gente consegue identificar pelo objeto. Tem encaminhado todos os despachos, só que realmente só fica assim: encaminhado ao CMDCA ou vindo das outras secretarias, mas com nenhum encaminhamento, então a gente aguarda para poder analisar. Não tem relatório nenhum. Quando não tem kit, a gente não consegue fazer. Esses que chegaram novos a gente não tem como fazer. Esses passaram agora por último e os outros também. Novamente vou pedir se alguém tem o seu nomezinho para dar uma olhadinha se chegou alguma coisa. **Nicolas Vaz, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL:** Do registro, tem também o retorno da ABRH que a gente tinha falado semana passada. A gente deu uma lida de novo no registro da ABRH, aquela questão da aprendizagem que não começou ainda, que a gente foi visitar. Tinha ficado a questão se era híbrido, se era remoto, se era presencial. A gente deu uma lida nas resoluções e, no plano de trabalho deles, não fala da modalidade ainda, até porque não começou de fato. A gente deu uma pesquisada e viu em um outro processo de uma outra OSC da SABER, de aprendizagem, que foi dado um despacho de registro temporário de 6 meses para o aguardo dessa OSC ter começado o programa, para a gente também fazer o registro definitivo. A nossa ideia então é fazer algo parecido com a ABRH, conversar com eles e ir ajustando com o conselho, porque cada regulamentação e cada resolução fala um pouco diferente. O decreto nacional fala algumas coisas de híbrido, mas não fala de modalidade a distância. No nosso

último decreto, a única coisa que fala é a questão do espaço físico da aprendizagem. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Aquele da SABER que nós passamos há umas 4 semanas, eu e o Guilherme, eles apresentaram o espaço onde irão ser atendidos os adolescentes, lá na Faculdade Estácio. Teve visita ao espaço que eles têm para o atendimento. A questão de ser condicionado por 6 meses provisório é que eles estavam em processo de captação de jovens para iniciar as turmas. Eles têm até dezembro para a comissão retornar para ver como é que está o processo de captação tanto de adolescentes como das empresas. A validade dele é até dezembro, mas tem o espaço físico e tudo. **Francyne da Rosa, CEMME:** A ABRH está nessa mesma situação de ainda não ter iniciado. Tem o seu espaço-sede e estão estruturando essa aprendizagem. Acho que valeria pegar esse exemplo da SABER de atestado provisório, condiciona que a OSC faça essa renovação e a gente já fica com a indicação de fazer uma nova visita para acompanhar como está sendo a implementação e a execução. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O primeiro passo é o registro e a inscrição, depois a instituição vai para o Ministério do Trabalho. Tem um processo também, então acho que dá para a gente fazer esse processo também. Só queria votar antes os de monitoramento que a Denise trouxe, para podermos fechar e depois voltar ali. Em votação as questões de monitoramento: quem é favorável levante a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários:** Só para constar: todos os que agora são favoráveis são conforme as diligências e conforme todos os outros despachos. A gente coloca se cumpriu ou não cumpriu. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Podemos colocar em votação a ABRH? Em votação da ABRH, atestado provisório: quem é favorável? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Neusa Maria Liedtke, Federação Espírita do RS - FERGS:** Mais um SEI: 24.0000052590-3, renovação de atestado de funcionamento de atendimento para a rede. **ASSOCIAÇÃO CIVIL PAI BENDITO**, 91º Grupo RS. Foi fundado em 1987 e o trabalho deles é estimulando o contato com a natureza e atividades em grupo para integrar o cidadão melhor à sociedade. O espaço é junto ao Colégio Estadual São Francisco de Assis Júnior e eles têm atividade nos sábados. Eles também têm uma terra onde fazem as ações no local para reconhecimento de fauna e flora. Está tudo ok a documentação. O PPCI não tinham encaminhado, a gente pediu e encaminharam. Vamos para a votação do parecer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** É um grupo de escoteiros ali na Intercap, perto do colégio. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**

de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Quem é favorável ao parecer da comissão, por favor levante a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Francyne da Rosa, CEMME:** Da EREMI, eu fiz o despacho. Na semana passada, quando eu falei por telefone com ela, ela disse que já está de posse do TPU. Eu pedi nesse despacho para ela enviar o TPU e fique pendente a alteração do CNPJ do estatuto. Assim que ela enviar o TPU, passo em plenária para aprovar o atestado provisório. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mais alguma coisa? Só fechando da semana que vem: nós vamos fazer as comissões pela manhã, depois nos encontramos no Harmonia no piquete da OAB.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.